

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA LOGÍSTICA DO ESPIRITO SANTO

**ANÁLISE SÓCIO-CULTURAL – COMPONENTE INDÍGENA
(TRECHO 2)
VERSÃO FINAL**

**Vitória – ES
Agosto de 2019**

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	A questão indígena – instrumentos aplicáveis	4
2.1	Antecedentes históricos	4
2.2	Afirmações constitucionais dos direitos indígenas no Brasil	5
3	AS COMUNIDADES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES	8
3.1	História dos Guarani	9
3.2	Localização das Aldeias Guarani	9
4	ESTRUTURA COMUNITÁRIA E FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL	10
4.1	Características gerais das Aldeias Guarani	11
5	O acesso aos equipamentos públicos	14
6	ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL	16
7	EXPECTATIVAS E IMPACTOS IDENTIFICADOS	19
8	PLANO DE CONSULTA	20
8.1	Solicitações das comunidades indígenas inseridas no Projeto	21
9	O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	22
9.1	Instrumentos de Comunicação	23
10	CRONOGRAMA	24
11	CUSTOS	25
12	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
	ANEXOS	26

Lista de Fotos

Foto 01 – Localização das aldeias.....	10
Foto 02 - Aldeia Piraquê – açu.....	13
Foto 03 - Aldeia Três Palmeiras.....	13
Foto 04 - Centro Cultural em Três Palmeiras.....	14
Foto 05 - Local de venda do artesanato na entrada da aldeia Boa Esperança, ao lado da ES 010.....	14

Lista de Siglas

AITG – Associação Indígena Tupiniquim e Guarani

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

DER/ES – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias

SELES – Serviço de Escritório Local da Secretaria Especial de Saúde Indígena

TI – Terra Indígena

UGP – Unidade Gerenciadora do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo – DER/ES, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, está preparando uma operação de crédito para o Programa Logístico do Espírito Santo (BR-L1524). Trata-se de um programa estruturado sob a modalidade de Programa de Obras Múltiplas, que contempla o financiamento de obras similares, mas independentes entre si.

O Programa tem como objetivo melhorar a conexão de zonas produtivas de suas respectivas áreas de influência com os mercados de consumo, de transformação e de comércio internacional, contribuindo à melhoria ao desempenho logístico do estado, por meio da redução dos custos de transporte e tempos de viagem.

Abrange todo o Estado do Espírito Santo, beneficiando todos os moradores dos municípios e das regiões afetadas com as obras de recuperação rodoviária, bem como os usuários das rodovias abrangidas e o comércio e indústria locais, em razão da redução do valor dos prejuízos decorrentes do estado das rodovias, uma vez que a implantação e/ou a reabilitação de uma rodovia, a adequação de acessos e demais obras de melhoramento rodoviário geram impactos sobre toda a população ao seu entorno.

Compõe a amostra representativa do Programa: i) Reabilitação da Rodovia ES 010, entre Santa Cruz – (Ponte Piraqueaçu) e Barra do Sahy, no Município de Aracruz/ES (Trecho 2) e, ii) Implantação do Corredor Urbano de Jacaraípe, Rodovia ES-115, entre a Av. Minas Gerais e Nova Almeida, no município de Serra/ES (trecho 4).

Cabe destacar que o trecho 2, em particular, corta Terras Indígenas – TI, em específico as aldeias guaranis de Piraqueaçu, Três Palmeiras, Boa Esperança e Nova Esperança e com isso a aplicação a OP – 765 do BID, que trata da política operacional sobre povos indígenas e das estratégias para o desenvolvimento indígena deve ser implementada no que couber.

O BID destaca dois objetivos da Política Operacional sobre os povos indígenas: a) *Apoiar o desenvolvimento com identidade dos povos indígenas*, inclusive o fortalecimento de sua capacidade de gestão e, b) *Salvaguardar os povos indígenas e seus direitos* de impactos adversos potenciais e da exclusão nos projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco.

Em especial, para a realização do Programa de Eficiência Logística do Espírito Santo, é necessário garantir que a execução das obras no trecho 2 garantam os direitos dos indígenas ali residentes, desenvolvendo atividades e programas voltados para atender as especificidades dessas comunidades.

2 A QUESTÃO INDÍGENA – INSTRUMENTOS APLICÁVEIS

2.1 Antecedentes históricos

Antes das décadas de 1970-1980 foram se ampliando e reafirmando leis voltadas para a definição e proteção das terras indígenas, mas ainda prevalecia a ideia integracionista de nacionalização e incorporação dos índios (essa era a meta principal do órgão indigenista).

O Decreto n. 736, de 6 de abril de 1936, estabelece que “os índios devem ser nacionalizados para serem incorporados à sociedade brasileira e define as terras indígenas como ‘aquelas em que

presentemente vivem e já primariamente habitavam e são necessárias para o meio de vida compatível com o seu estado social: caça, pesca, indústria extrativa, lavoura ou criação; aquelas que já lhes tenham sido ou venham ser reservadas para seu uso ou reconhecidas como de sua propriedade a qualquer título” (Gomes, 2012, p. 96).

A Constituição de 1937, no artigo 154, definia: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas”. Nos termos da Constituição de 1946, artigo 216: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não se transferirem”.

No decorrer do século XX modificam-se as definições formais por dentro da legislação do que são “terras indígenas”, formas e tempo de “ocupação” (ocupação permanente, modo tradicional de ocupação, tempo de ocupação). Mudanças que passam a definir as ações do Estado brasileiro voltadas para a demarcação das terras indígenas e definição legal e institucional das formas de proteção, dos limites e controle dos territórios. Gradativamente, amplia-se na sociedade brasileira o “sentimento de responsabilidade histórica do Estado brasileiro para com os índios” e o anseio de superar a condição de tutela e de objeto do Estado, construindo autonomia e atenção básica aos seus territórios.

Esse sentimento entra em confronto com a nova realidade construída na trama do poder instituído pelo golpe militar de 1964. No cenário ideológico do “desenvolvimento com segurança” foi criada, em 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai) com a missão precisa de transformar o índio em brasileiro, permitindo que “evoluisse” rapidamente: “[...] integrá-los à nação e assimilá-los culturalmente ao seu povo em um processo acelerado”, nas palavras de Gomes (2012).

Na conjuntura, a Constituição de 1967 trouxe mudanças e retrocessos jurídicos e políticos. Segundo Gomes (2012), na conceituação sobre terras indígenas que passam a ser da União e para os índios, restou a posse exclusiva e a inalienabilidade. No entanto, a nova definição favoreceu o processo de demarcação das terras indígenas. Em 1973, foi aprovado o Estatuto do Índio, a Lei n. 6.001, de 19 de dezembro desse mesmo ano.

A referida lei regulamenta aspectos jurídico-administrativos e determina a condição social e política do índio perante a nação, tratando da definição de terras indígenas e processos de regularização fundiária e estipulando medidas de assistência e promoção dos povos indígenas como indivíduos.

O Estatuto do Índio atribui à Funai a “responsabilidade de único agente responsável pela definição do que é terra indígena e pela demarcação em todas as ‘etapas’. O ato final de homologação fica sob a prerrogativa do presidente da república” (Gomes, 2012).

2.2 Afirmações constitucionais dos direitos indígenas no Brasil

As décadas de 1970 e 1980 foram momentos marcantes em termos de retrocessos na interpretação da condição de vida dos povos indígenas e nas condições de trabalho do principal órgão de proteção, reconfigurado e enfraquecido pelo regime civil militar.

Foi também um período de forte ebulição dos movimentos sociais na realidade brasileira, o que possibilitou denúncias e críticas sobre a atuação estatal. Naquele momento de redemocratização do país ocorreu uma ampliação dos debates sobre a “questão indígena” através da mobilização de organizações que defendiam as causas indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da própria organização

política crescente dos índios em favor dos seus direitos com a criação de associações indígenas em diversas partes do Brasil (Gomes, 2012, p. 109).

O artigo 172, inciso IX, do Estatuto do Índio (1973), passa a afirmar:

Cumprir à União, aos estados e aos municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Com a abertura política no país e a força participativa dos movimentos em favor da Constituinte, a questão indígena passa a ganhar mais espaço na agenda política brasileira no sentido de reverter o quadro de retrocessos legais. De acordo com o documento do Conselho Federal de Serviço Social, o “CFESS Manifesta” de 2012, a questão indígena também ganha maior visibilidade em termos de avanços normativos pela significativa atuação do movimento indígena, que ganha força no período da redemocratização política do Brasil pós-1980. A Constituição federal apresenta mudanças significativas no que se refere à orientação da ação do Estado, reformulando os seus mecanismos de ações voltadas aos povos indígenas.

Conforme Baniwa (2012), na década de 1970 emerge um movimento pan-indígena que ganhou ampla dimensão no continente latino-americano e conquistou direitos constitucionais nas décadas de 1980 e 1990 — defesa do direito à particularidade e a diversidade e denúncia das injustiças étnicas.

No Brasil, com a aprovação da Constituição de 1988, a ideologia da unicidade do Estado se afirma como coisa do passado. A Carta Magna mudou, em termos legais, significativamente a interpretação jurídico-social dos povos indígenas no país.

Como salienta Baniwa,

a Carta Magna supera a concepção de tutela, reconhecendo a capacidade civil dos índios; abandona o pressuposto integracionista, em favor do reconhecimento do direito à diferença sociocultural dos povos indígenas, na linha do multiculturalismo contemporâneo; reconhece a autonomia societária dos povos indígenas, garantindo para isso o direito ao território, à cultura, à educação, à saúde, ao desenvolvimento econômico, de acordo com seus projetos coletivos presentes e futuros; reconhece o direito à cidadania híbrida: étnica, nacional e global (Baniwa, 2012, p. 207).

A principal demanda da vida indígena, a terra, é apresentada como condição fundamental para a continuidade da vida e da saúde, a reprodução social, sua autodeterminação e seu etno desenvolvimento.

No que se refere ao conceito de “terras indígenas”, a CF de 1988, no parágrafo 1º de seu artigo 231 define: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, nos termos da Funai (2016):

Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada. São mudanças significativas que possibilitam visualizar novos horizontes para os povos indígenas no enfrentamento cotidiano dos seus desafios diante da possibilidade do respeito à diferença e reais necessidades para sua continuidade humana e social.

Abaixo estão listadas as legislações voltadas para a proteção dos Povos e Comunidades Tradicionais.

- Lei Federal no 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que estabelece o Estatuto do Índio.
- Resolução CONAMA no 014, de 06 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a criação da Câmara Técnica de proteção ao patrimônio dos povos da floresta.
- Decreto Federal no 1.141, de 19 de maio de 1994, que dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.
- Decreto Federal no 3.156, de 27 de agosto de 1999, que dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nº 564, de 8 de junho de 1992, e nº 1.141, de 19 de maio de 1994.
- Decreto Federal no 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas.
- Decreto Federal no 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.
- Decreto Federal no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

2.3 Estudos realizados sobre as comunidades indígenas localizadas no trecho 2

Com um terminal ferroviário, um complexo portuário sempre em expansão e cortada por importantes rodovias federal e estadual, fazem do município de Aracruz, um dos maiores potenciais econômicos do Estado e atrai investimentos: no total, 391 indústrias estão instaladas na região (dados de 2018), conhecido como Polo Industrial de Aracruz.

O acesso rodoviário ao Polo Industrial de Aracruz a partir da Capital Vitória pode ser realizado pela via litoral pela rodovia ES-010, passando pelas localidades de Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida (município de Serra) e Santa Cruz (Aracruz), o que corresponde a uma distância de aproximadamente de 85 quilômetros.

Alternativamente, podem-se utilizar as rodovias interiores, percorrendo cerca de 100 quilômetros de distância, pela BR-101 que se liga a rodovia ES-257 na cidade de Ibraçú e passa a seguir pelo município de Aracruz até chegar ao Polo. Aracruz na verdade,

não faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória. Mas está cada vez mais interligada a esta.

Logo, este Trecho 2 do Projeto é definido como sendo uma rodovia radial. Tratando-se assim, de um trecho importante para o caráter socioeconômico regional.

Em função do resumo exposto acima, os povos Tupiniquim e Guarani de Aracruz vem acompanhando o desenvolvimento de avaliações de impactos ambientais e socioeconômicos de empreendimentos situados no entorno e mesmo em suas Terras Indígenas, já faz algumas décadas. Alguns dos Estudos já realizados e consultados:

- Estudo do Componente Indígena para a TI Comboios e para a TI Tupiniquim-Guarani – EFVM, (VALE, 2012);
- Estudo Etnoambiental da Terra Indígena Tupiniquim e da Terra Indígena Comboios (ANAÍ, 2010);
- Estudo Antropológico sobre as Terras e as Populações Indígenas – Gasoduto Cacimbas-Vitória (BIODINÂMICA, 2004);
- Estudo Etnoecológico das Terras Indígenas do Espírito Santo, (BIODINÂMICA, 2005).
- Estudo Componente Indígena para as TIs Tupiniquim-Guarani e Comboios - Anthropos Socioambiental - Janeiro de 2015.

3 AS COMUNIDADES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES

Aracruz é o único município capixaba que possui índios aldeados no estado do Espírito Santo. A TI Tupiniquim-Guarani, localizada no município e habitada pelos grupos indígenas Tupiniquim e Guarani, compreende 14.282 hectares e, a TI Comboios, de ocupação exclusiva do povo Tupiniquim, abrange uma área de 3.872 hectares. A demarcação das Terras Indígenas dos Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo constituiu uma polêmica que durou mais de trinta anos.

A regularização das terras em pauta teve início ainda no ano de 1975, e finalmente, em 2007 as duas Terras Indígenas em questão foram declaradas e no ano de 2010 homologadas. Embora tenham sido reconhecidas como duas Terras Indígenas distintas, mantêm continuidade nas relações de troca, organização social, fortalecimento cultural, acesso e uso dos recursos naturais entre as aldeias. O próprio processo conjunto de luta e reivindicação fundiária pela garantia dos direitos territoriais demonstra que os indígenas habitantes de cada uma destas terras mantêm entre si fortes vínculos sociopolíticos.

Na Terra Indígena Tupiniquim-Guarani vivem grupos familiares compostos por indígenas das etnias Tupiniquim e Guarani. Os Tupiniquim se organizam em quatro aldeias, distribuídas na maior parte do território, sendo assim denominadas Caieiras Velhas, Pau Brasil, Irajá e Areal. Há também, outras quatro aldeias formadas pelos Guarani, são elas: Boa Esperança (Tekoa Porá), Três Palmeiras (Boapy Pindó), Piraquê-Açu e Olho d'Água. Sendo que uma nova aldeia se formou entre o Sauê e Mar Azul - Nova Esperança.

As aldeias de maior interesse para este estudo são as aldeias Guarani ao longo da ES 010 no Trecho que vai de Santa Cruz (da Ponte do Piraqueaçu) até Barra do Sahy - Aracruz/ES.

3.1 História dos Guaranis

O povo Guarani constitui uma das maiores e mais expressivas etnias indígenas do Brasil e dos países vizinhos do Cone Sul. Ocupam vasto território, que se estende do leste do Paraguai, nordeste da Argentina e norte do Uruguai até os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em sucessivos movimentos migratórios do Paraguai, o “Centro da Terra” (Yvy Mbyté), em direção ao litoral.

Por volta de 1970, os Guaranis chegaram até a aldeia Tupiniquim de Caieiras Velha, em Aracruz, litoral norte do Espírito Santo, guiado pela líder religiosa Tatantin Guareté, mas continuaram sua marcha pelo litoral capixaba, só retornando em 1976. Eles vinham do Paraguai, passando pelo Sul do Brasil, e por São Paulo. Sua longa trajetória fora motivada por inúmeras causas, como a revelação religiosa, os conflitos pela terra, os conflitos internos nas aldeias, o trabalho forçado nas fazendas, a morte de parentes e a exploração para o turismo.

Em Aracruz, Distrito de Santa Cruz, existem três aldeias Guarani Mbya, a saber: Boa Esperança (Tekoa Porã), Três Palmeiras (Boapy Pindo) e Piraquê-Açu. A aldeia de Três Palmeiras surgiu a partir da divisão da de Boa Esperança.

Os indígenas Guarani possuem cultura milenar, baseada em sua ancestralidade histórica, política e organizativa. Dotados de extrema espiritualidade, usufruem dela como sua autêntica religião que séculos e séculos, o sistema político por um lado, e jesuítico por outro, tentou deflagrar, apesar das boas intenções. Povo "combativo e guerreiro", nas suas convicções culturais, detém conhecimentos ancestrais da mais elevada categoria, baseados na língua indígena, também chamada Guarani, preservada até os dias de hoje, após sofrer milhares de pressões, políticas, econômicas e ético-culturais.

O Guarani tem como essência de vida, isto é, sua marca étnica, a grande prática do "caminhar". O caminhar significa também evoluir e fortalecer-se espiritualmente. Essa prática do caminhar, faz parte do movimento migratório dos Guarani desde o tempo da colonização. Esse caminhar constante é justificado pela busca da “terra sem males”, que aqui definimos como uma terra que os permita viver com dignidade, sem interferências paternalistas, enfim, um paraíso mítico de sua ascendência.

Do ponto de vista linguístico, a maioria dos Guarani são bilíngues, falantes de sua língua pertencente ao tronco linguístico Tupi e de seus idiomas nacionais (português e espanhol). A língua e a religião são elementos fundamentais da cultura Guarani, fontes de orgulho e expressões maiores de “nhande rekó katu”, “nosso modo de ser autêntico e verdadeiro”.

Diferente dos Guaranis, os Tupiniquins participaram mais ativamente do processo de aculturação e acabaram perdendo sua língua mãe, fazendo com que o português se tornasse a língua oficial.

Fontes das informações acima:

<http://www.seculodiario.com.br/novo> e texto o " O mito como fonte e modo de ser dos Guarani Mbya" de Kalna Mareto Teao - Artigo originalmente apresentado no Pré-Congresso FIELC/SOLAR/UERJ/UFES, Vitória, 2005.

3.2 Localização das Aldeias Guarani

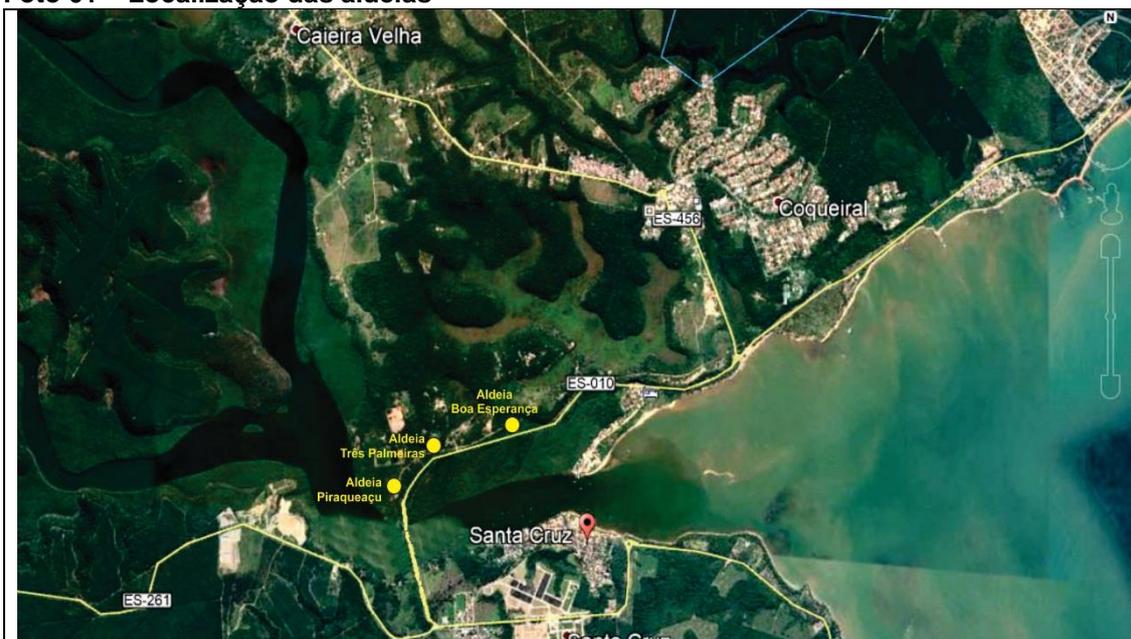
1 - Piraqueaçu (Rio de Peixe Grande) - Aldeia Guarani. Encontra-se também em Santa Cruz, na primeira entrada à esquerda logo após a ponte sobre o Rio Piraqueaçu.

2 - Três Palmeiras (Boapy Pindo) Aldeia Guarani. Localizada em Santa Cruz, na segunda entrada à esquerda logo após a ponte sobre o Rio Piraqueaçu.

3 - Boa Esperança (Tekoa Porã) - Aldeia Guarani. Localizada em Santa Cruz, na terceira entrada à esquerda após a ponte sobre o Rio Piraqueaçu e após a entrada da aldeia Três Palmeiras.

4 - Nova Esperança (Kaaswy Porã) – Aldeia Guarani. Localizada entre Mar Azul e Praia do Sauê.

Foto 01 – Localização das aldeias



4 ESTRUTURA COMUNITÁRIA E FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

A etnologia classifica os Guarani como uma das atuais parcialidades étnicas, no Brasil, sendo divididos em três subgrupos, Mbyá, Kaiowá e os Nhãdeva. Sendo linguisticamente classificados como pertencentes ao tronco Tupi, família Tupi-Guarani, língua Guarani.

Em relação ao subgrupo a que pertencem, os Guarani de Aracruz-ES, em um primeiro momento entendia-se que eram Mbyá e Nhãdeva. No entanto recentemente foi identificado que o termo Mbyá significa “outro povo que não é Guarani”, e não se reconhecem nessa denominação e nem poderiam. Na apresentação do glossário da língua Guarani, feito por eles, se encontra a seguinte observação:

O povo Guarani é classificado pelos antropólogos como Guarani Mbya, mas a palavra mbya significa outro povo que não seja Guarani, e é o termo utilizado pelos Guarani Nhãdewa para reconhecerem índios de outras etnias. Nós Guarani, nos reconhecemos como Nhãdeva Tembeopé pelo fato de no passado não andarmos totalmente nus como os povos de outras etnias, pois usávamos tangas para cobrir as partes íntimas.

Apesar de estarem divididas em três aldeias os Guarani que habitam o município de Aracruz fazem parte da mesma família e dividem a mesma história. As aldeias Guarani são semelhantes umas às outras. Logo de entrada tem uma *oo djere*, casa redonda para recepções, reuniões e confraternizações entre as aldeias e os que vêm de fora da aldeia, é nesse local que são realizadas as festas principalmente as que recebem os brancos (não índios).

Na entrada da aldeia fica também a casa do cacique para ter controle de quem entra na aldeia, e para facilitar a localização do mesmo. Há também umas cinco ou seis casas próximas umas das outras e da entrada da aldeia, as demais ficam espalhadas na mata. São aproximadamente 50 famílias na aldeia Boa Esperança e Três Palmeiras e 10 famílias na aldeia Piraqueaçú. Algumas das casas próximas à entrada da aldeia são de alvenaria, as demais são de estuque e palha. Os moradores das aldeias reclamam que não há material, fibra de uma palmeira, suficiente para fazer as casas tradicionais Guarani. Há também a *opy*, casa de reza, nas duas primeiras aldeias. Em Piraqueaçú a “*opy*” está em construção.

Em estudos sobre mobilidade das famílias “Mbyá”, Guarani, e também através da oralidade do povo é mencionado que quando a aldeia começa a ficar numerosa algumas famílias se afastam e formam uma nova aldeia. Foi o que aconteceu por último com a Aldeia Nova Esperança. Ela discorre também sobre o fato de um membro mais velho da família que consegue agregar seus familiares próximo a si ser o responsável por esse deslocamento. É o que aconteceu nas aldeias Guarani em Aracruz-ES, as lideranças são de uma mesma família, netos e bisnetos da líder espiritual Tatatxi Ywa Reté, no entanto cada um agregou sua família próxima a si, juntamente com outras famílias que desejam permanecer junto a esse líder formando suas aldeias.

O Povo Guarani é muito profético, como a busca constante por *Yvy Maraëy*, a terra sem mal, sendo o líder espiritual, a figura que revela e lidera os deslocamentos das famílias.

As fronteiras Guarani são parte da sua identidade, remetendo para o seu modo de ser. O território é o espaço no qual as relações de parentesco, com suas complexas redes de comunicação, se reproduzem. Por isso, sob a ótica indígena, essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como casamentos ou pelas dinâmicas de alianças. Essas redes, ainda em vigor, constituem e desconstituem fronteiras, entendidas como dinâmicas e não fixas. As fronteiras nacionais não fazem sentido para os Guarani, porém, é importante destacar que desde o período colonial, os Guarani buscam ignorá-las, resistindo a esse tipo de enquadramento.

A região de Caieiras Velhas, terra Tupinikim, foi escolhida pelos Guarani por acreditarem que esta área reunia condições essenciais para se viver no tekoa, local apropriado à vida Guarani, como a existência de Mata Atlântica, a proximidade em relação ao mar.

4.1 Características gerais das Aldeias Guarani

Aldeia Boa Esperança

Cacique - “Toninho” Antônio Carvalho. É também conhecida como Aldeia Tekoa Porã e está localizada no Distrito de Santa Cruz na Rodovia ES-010. O local possui uma área de 1.700 ha, foi o primeiro núcleo dos Guarany-Mbyá a ser formado ainda em 1968, localizando-se nos limites sul da então TI Caieiras Velhas, junto ao rio Piraquê-Açu. As demais aldeias Guarani se constituíram a partir da reestruturação dos grupos familiares, mas mantiveram-se agrupadas, exceto Olho D’Água que é a mais distante.

Segundo o Cacique ‘Toninho’ hoje são cerca de 50 famílias na Aldeia. São vistas moradias de estuque e tijolos, cobertas com palhas. Boa Esperança conserva ainda

suas tradições como: a língua, o culto ao Sol, a Lua, as Estrelas, a dança e a pesca. Fabricam ainda artesanatos considerados os mais bonitos do Brasil e utilizam como material, o coqueiro e a taquara, produzindo assim: arco e flecha, chocalhos, lanças e zarabatanas. O Pajé líder espiritual é encarregado de curar doenças e afugentar os maus espíritos.

A aldeia conta uma Unidade de Saúde Indígena - Boa Esperança. A Unidade de Saúde de Boa Esperança atende também: Nova Esperança, Três palmeiras e Piraquê - açu. Todas aldeias Guarani. As crianças da Aldeia estudam na Escola Mãe em Três Palmeiras - EMP Três Palmeiras, com transporte escolar.

Grupo de Mulheres de Boa Esperança. Como em outras aldeias, também aqui há um grupo de mulheres que produz artesanato, corte e costura. A comercialização das peças ocorre nas cabanas localizadas na entrada desta aldeia, junto à rodovia ES-010.

Aldeia Nova Esperança

Cacique - Marcelo de Oliveira Silva. Localização: Entre Sauê e Mar Azul na ES 010. Nova Esperança (Ka Agui Poram) surgiu de moradores da Aldeia Três Palmeiras. Atualmente conta com cerca de 38 famílias, com aproximadamente 100 pessoas. As crianças da Aldeia estudam na Escola Mãe em Três Palmeiras - EMP Três Palmeiras, com transporte escolar. E usam a Unidade de Saúde de Boa Esperança.

Na área da nova aldeia, além do meio ambiente bastante degradado, havia invasões para prática de caça ilegal e a monocultura de eucalipto. A agrofloresta está sendo implantada na área, pois é uma técnica em que o reflorestamento e a produção de alimentos ocorrem no mesmo campo, com uma diversidade semelhante à das florestas naturais. O ano de 2006 marca a última colheita de eucalipto no local ocupado pela então Fibria, hoje Suzano, desde a década de 1960, período em que os eucaliptais começaram a substituir a Mata Atlântica nativa da região.

Aldeia Três Palmeiras

Cacique - Nelson Carvalho. Está localizada na ES 010. Surgiu em 1997, a partir do rompimento com a aldeia de Boa Esperança, devido à discordância quanto à forma de organização política até então praticada. Assim, em 1998, quatorze famílias de Boa Esperança deslocaram-se no território, formando uma nova aldeia, próxima à antiga, sob liderança do cacique Jonas. A mudança de famílias de Boa Esperança para Três Palmeiras ainda vem ocorrendo eventualmente nos dias atuais. Mas, vale ressaltar que, constata-se no campo uma interação amigável entre as aldeias, que estão ligadas por fortes laços de parentescos e identidade étnica.

As casas, diferentemente de Boa Esperança, situam-se ao centro. As casas são, quase sempre, construídas com estuque e cobertura de palha. Algumas habitações de alvenaria são resultantes da incorporação de novas técnicas de construção, aprendidas em função da profissão de pedreiro que alguns índios exercem. É povoada por índios da etnia Guarani, entre Mbyá e Nhandevá.

Em Três Palmeira existe a Escola Mãe - EMP Três Palmeiras, escola indígena que atende também, as aldeias Boa Esperança, Nova Esperança e Piraquê - açu, com transporte escolar. Todas aldeias Guarani.

No centro da aldeia situa-se uma cabana utilizada como espaço para venda do artesanato, realização de reuniões, eventos da aldeia, que também é uma extensão do espaço escolar para atividades diferenciadas, como dança, teatro, brincadeiras e refeição. Além disso, a cabana configura-se como espaço de socialização da comunidade guarani. Três Palmeiras hoje, em 2019, possui aproximadamente umas 50 famílias.

Associação Indígena Guarani Boapy Pindó (Três Palmeiras). Criada também a partir da demarcação de 2008, devidamente regularizada, a associação de Três Palmeiras se propõe a realizar iniciativas de interesse comum das aldeias Guarani.

Grupo de Mulheres e produção artesanal de Três Palmeiras. Na aldeia Guarani de Três Palmeiras existe um Grupo de Mulheres que trabalha com artesanato e corte e costura.

Aldeia Piraquê-Açu

Cacique Pedro da Silva. Localizada na Rodovia ES-010, próxima a ponte de Santa Cruz é a menor de todas em extensão territorial com apenas 50,5 ha e também é a menos povoada (hoje com 10 famílias e uma média de 35 moradores) e conta, em sua maioria, com famílias Kaiowá integrada por guarani do grupo Mbyá e Kaiowá, constituídos por aliança de casamento.

Uma das fontes de renda dos moradores é representada pela exploração turística com a fabricação de artesanatos como: chocalhos: pau-de-chuva, cabaça, cestas, pauzinho de cabelo, colares e brincos. Roupas Típicas da Comunidade Indígena: utilizadas nos dias de festas e para o batismo, tanto para homens quanto para mulheres, as roupas são feitas de algodão cru (saco) e bordados com linhas.

As crianças estudam na Escola Mãe em Três Palmeiras e a Unidade de Saúde utilizada é a de Boa Esperança. Grupo de Mulheres de Piraquê-Açu. Na aldeia Guarani de Piraquê-Açu existe também um grupo de corte e costura e artesanato.

Foto 02 - Aldeia Piraquê - açu



Foto 03 - Aldeia Três Palmeiras



Foto 04 - Centro Cultural em Três Palmeiras



Foto 05 - Local de venda do artesanato na entrada da aldeia Boa Esperança, ao lado da ES 010



5 O ACESSO AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

- **Políticas Públicas**

De acordo com os dados obtidos, a maior parte da população Tupiniquim e Guarani recebe benefícios de programas governamentais de transferência de renda, particularmente do Programa Bolsa Família, assim como benefícios previdenciários referentes à aposentadoria. Aqueles que se dedicam a pesca, obtêm o seguro desemprego nos períodos de suspensão da atividade.

- **Educação**

Em relação à educação escolar, a Secretaria Municipal de Educação de Aracruz é responsável por promover a educação diferenciada aos indígenas, que contam com dois representantes trabalhando diretamente nesta Secretaria. Todas as aldeias recebem suporte para garantir a educação de sua população, especialmente das séries iniciais. Também está entre as atribuições do município a garantia de transporte escolar para os estudantes continuarem sua formação em escolas de outras aldeias, ou do município, quando não oferecido em sua aldeia de origem. A formação dos professores ocorre através de programas constituídos em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo e com o Projeto Licenciatura Indígena (PROLINDE) do Mato Grosso. Grande parte do corpo docente, bem como da comunidade escolar (merendeira, auxiliar, secretaria e outros prestadores de serviços) das aldeias é composta pelos próprios indígenas.

- **Saúde**

No que se refere aos cuidados com a saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), há um polo instalado na aldeia Caieiras Velhas. A SESAI fornece serviços de atenção básica de saúde: consultas, vacinação, controle de surtos e epidemias, acompanhamento do crescimento infantil, fornecimento de medicação básica, entre outros. Para atendimentos de urgência e emergência, a Secretaria Municipal de Saúde presta apoio mantendo um carro com motorista de plantão em cada aldeia e os casos são encaminhados para hospitais da região. A atenção secundária e terciária ocorre nos hospitais do município ou do estado, contudo, não é diferenciado, enquadrando-se na forma de atendimento oferecida pelo SUS.

- **Cultivo da terra**

O desenvolvimento de projetos relacionados à agricultura, criação de animais, pesca e mariscagem contam com a promoção e assistência da prefeitura municipal, de secretarias estaduais, da FUNAI e de parcerias entre poder público e iniciativa privada em razão dos recursos compensatórios advindos de empreendimentos que afetam as Terras Indígenas.

- **Abastecimento de água e saneamento**

O abastecimento de água para as residências é feito por meio de captação em poço artesiano comunitário, nascente e canalização para distribuição ou através de poços tubulares individuais. No primeiro caso, a SESAI mantém técnicos monitorando o processo de tratamento. Não há sistema de coleta para tratamento de esgoto, sendo que a maioria direciona os efluentes para fossa sanitária. A prefeitura Municipal contrata indígenas para exercer a função de gari e coletar semanalmente o lixo para ser encaminhado ao aterro sanitário da cidade.

- **Acessibilidade às Terras Indígenas - TI**

As vias de acesso às aldeias da TI Tupiniquim-Guarani são exclusivamente terrestres, percorrendo-se trechos das rodovias ES-257, ES-456 e ES-010 e de estrada de chão ou ainda, piçarra. Seus moradores deslocam-se principalmente para a cidade de Aracruz, para o bairro Coqueiral e, em particular, nos meses de verão, com o aumento do número de turistas no litoral, os indígenas seguem para as praias do distrito sede – Barra do Sahy, do Sauê, dos Padres, de Coqueiral, de Santa Cruz, entre outras, para comercializar artesanato e realizar apresentações artísticas e musicais. Por fim, outro destino bastante comum é a cidade de Vitória, especialmente em razão da proximidade geográfica e maior oferta de serviços e produtos.

- **Atividades de Assistência Social – 2018**

Nº de ações no território: Reunião Intersectorial: elevou da média de 01 reunião por ano para 06 reuniões em 2018; Palestra: aumentou para 05 em 2015, sendo que anteriormente o máximo foi de 03 palestras em 2017; Campanha: em 2017 e 2018 realizamos todas as previstas no Plano de Ação (03), o que não era feito nos anos anteriores; Grupo de Famílias e Gestantes: subiu para 06 o número de grupos em 2017 e 2018.

Nº de participantes nas ações: Grupo de Famílias e Gestantes: subiu de 98, em 2016 para 150, até outubro/2018; Ações não continuadas (palestras, campanhas e eventos), foram 914 participantes em 2016, sendo estimado um nº maior para 2018, pois, até o momento, já calculamos em torno de 700, até outubro/2018; Pré-conferência de Assistência Social: subiu de 09, em 2015, para 30 em 2017.

Outros resultados/avanços observados:

- ✓ Em 2018, houve fortalecimento do vínculo com as lideranças indígenas, que outrora apresentavam resistência ao trabalho e a equipe (formada, em sua maioria, por não indígenas), havendo abertura para participação do CRAS nas reuniões noturnas da comunidade e maior participação deles nas reuniões intersectoriais;
- ✓ Em 2018, houve avanço na compreensão do papel do CRAS/PAIF, havendo maior adesão dos usuários ao trabalho com os grupos desviando o foco nas práticas assistencialistas de concessão de benefícios; e com as lideranças que, atualmente, buscam o CRAS para apoio nas questões que envolvem diretamente a PNAS;
- ✓ Em 2018 alguns usuários foram desligados do acompanhamento PAIF pela aquisição de empoderamento e seguranças contempladas pela Tipificação (2009): segurança de acolhida, do convívio familiar e comunitário e desenvolvimento da autonomia.
- ✓ Em 2017, não houve desligamento por esse motivo em 2018, foram 05; Em 2015 e 2016, as palestras, campanhas, eventos e grupos estavam focados em Caieiras Velha.
- ✓ Em 2017 e 2018, houve expansão para outras Aldeias do município.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho de Aracruz.

6 ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Atualmente os Guarani e Tupiniquim, estão distribuídos em 12 aldeias. O Censo Demográfico da Fundação Nacional do Índio de 2014 calculou aproximadamente 3.500 indígenas. Há estimativa de aumento dessa população para 2018. O município implantou em 2015, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, o CRAS Indígena, localizado em Caieiras Velha, que é a aldeia com maior número de indígenas e onde se instala a maior parte dos serviços da rede, tais como FUNAI, Associação Indígena Tupiniquim e Guarani – AITG e o Serviço de Escritório Local da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SELES. Além disso, Caieiras Velha concentra maior parte das demandas de drogadição, violência doméstica, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e demais casos de violação de direitos.

A oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias – PAIF em território indígena tupiniquim e guarani surgiu quando do reconhecimento, pelo poder público, da

vivência de situações de vulnerabilidade que mereciam um olhar mais específico. O PAIF, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, (...).” O trabalho social com os povos indígenas, assegurando-lhes a manutenção de seus costumes e crenças é pautado no artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Representatividade

Em 2015, pela primeira vez um representante indígena, Ervaldo Santana ocupou a cadeira na Câmara Municipal de Aracruz. Ele é da aldeia de Caieiras Velhas, e era suplente de Erick Musso que se elegeu para a Assembleia Legislativa do Estado. Segundo representantes das Aldeias é preciso ter um vereador para pensar políticas públicas para a comunidade indígena. A prioridade, para a comunidade é a educação e a cultura. É necessário ter leis e ações específicas para essas áreas.

Quanto a representatividade das mulheres indígenas, esta vem crescendo ano a ano. Num passado recente já tiveram uma mulher Cacique e no Conselho dos Caciques, várias lideranças hoje presentes são mulheres.

Comissão de Caciques

Surgiu entre 1993 e 1998, em meio aos processos de reivindicação fundiária dos indígenas, com o objetivo de organizar e potencializar e suas ações internamente e em relação com os agentes externos. Mais tarde essas funções foram assumidas juntamente com as associações comunitárias surgidas após os acordos de 1998 (Associação Indígena Tupiniquim e Guarani e Associação Indígena Tupiniquim de Comboios). A Comissão não tem caráter jurídico formal, mas atua como o organismo máximo de poder entre as comunidades Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo e é formada principalmente pelo conjunto dos caciques de cada uma das aldeias, além de outros reconhecidos líderes das comunidades, que não são necessariamente caciques. Os caciques são os líderes de cada uma das comunidades ou aldeias, mas não têm, via de regra, poder de mando, mas de representação de suas comunidades junto à Comissão de Caciques e outras instâncias externas à comunidade.

Associação Indígena Tupiniquim e Guarani (AITG)

Instituída em 1998 após os caciques e outros líderes Tupiniquim e Guarani terem assinado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Aracruz Celulose, sob orientação da FUNAI e do Ministério Público Federal (MPF). É a instituição indígena com personalidade jurídica, responsável por gerir os recursos repassados a TI Tupiniquim-Guarani. A AITG é hoje a principal gestora das atividades econômicas comunitárias dos indígenas da TI Tupiniquim-Guarani, o que lhe tem rendido, ademais, importância política crescente ao lado da Comissão de Caciques.

Associação Indígena Tupiniquim de Comboios (AITC)

Surge concomitantemente a AITG, também com o objetivo de gerir os recursos oriundos do TAC da Aracruz no que se refere à aplicação de recursos na TI Comboios. Tal

entidade é ainda financeiramente responsável pela gestão de recursos oriundos das indenizações devidas pela Petrobras em função da passagem do gasoduto Lagoa Parda - Vitória.

Associação Indígena Guarani Boapy Pindó (Três Palmeiras)

Criada também a partir da demarcação de 2008, representou o desejo dos Guarani de ter associações próprias. Devidamente regularizada, a associação de Três Palmeiras se propõe a realizar iniciativas de interesse também das demais aldeias Guarani.

Grupo de Mulheres e produção artesanal de Três Palmeiras

Na aldeia Guarani de Três Palmeiras existe um Grupo de Mulheres que trabalha com artesanato e corte e costura. Produzem colares e brincos, cestos, arco e flecha, zarabatanas, machadinhas, leques, chocalhos, flautas e pequenos animais feitos de madeira.

Grupo de Mulheres de Boa Esperança

Como em outras aldeias, também aqui há um grupo de mulheres que produz artesanato, corte e costura. A comercialização das peças ocorre nas cabanas localizadas na entrada desta aldeia, junto à rodovia ES-010.

Grupo de Mulheres de Piraquê-Açu

Na aldeia Guarani de Piraquê-Açu existe um grupo de corte e costura e artesanato.

Grupo de Mulheres de Tupiniquim e Guarani

Organizada a aproximadamente oito anos, agrega as participantes dos grupos de mulheres das aldeias e mantém uma loja para a venda de artesanato localizada o Terminal Rodoviário de Aracruz. A loja adota o sistema de permuta com as artesãs e atualmente mulheres de Pau Brasil, Amarelos, Caieiras Velhas, Irajá e Areal expõe seus produtos. Os melhores períodos para a venda do artesanato são entre novembro e abril (turismo). O objetivo da comissão é constituir uma associação para promover o artesanato indígena, utilizando sua logomarca.

Grupo de Jovens Tupiniquim e Guarani

Constituíram-se com apoio da igreja católica, através da pastoral, sendo a maior participação dos jovens das aldeias Pau Brasil, Caieiras Velhas e Irajá.

Instâncias e Controle Social/Conselhos

Os indígenas formam o Conselho Local de Saúde Indígena, dispõe de uma vaga no Conselho Municipal de Saúde de Aracruz e possuem três representantes Tupiniquim no Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) de Minas Gerais e Espírito Santo. Também participam da secretaria municipal de educação, onde possuem dois representantes e mantém os Conselhos Escolares Indígenas.

Associação Indígena Tupiniquim da Aldeia Paul Brasil (AITUBIAPABRA)

Criada em 2008, concomitantemente ao último processo de demarcação da TI Tupiniquim-Guarani, visou proporcionar autonomia para a aldeia no que toca a captação e gestão de recursos próprios para os projetos de seu interesse. Diversamente de suas congêneres mais antigas, a Associação já surge com razoável grau de autonomia gerencial com relação a parceiros externos.

Grupo de Mulheres da Aldeia Paul Brasil

Formado a mais de dez anos, reúne as mulheres para trabalhos com artesanato e corte e costura. Possuem um Galpão do Artesanato onde se reuniam, mas devido a

precariedade atual do prédio, não pode ser utilizado. O Projeto Pão Para o Mundo (PPM), o Instituto Porta Aberta e o Projeto Apoena (financiado pela Caixa Econômica Federal) e o Prêmio Cultura Indígena constituíram-se nas principais fontes de recurso financeiro para as atividades das mulheres e contribuíram na aquisição de equipamentos (como máquinas de costura e de estampa, teares) e na instalação da infraestrutura (ampliação da sala e da cozinha).

Grupo de Mulheres de Comboios

Dois grupos de mulheres se apresentam nesta terra indígena. Um deles se constituiu nos anos 1980 fomentado pela pastoral indigenista e é voltado à produção de artesanato, corte e costura, sabonete e plantas medicinais. O outro, constituído através de parceria com o Projeto Tamar-ICMBio, confecciona produtos comprados pelo Projeto para venda em suas lojas.

Grupo de Mulheres em Caieiras Velhas

Na aldeia Tupiniquim de Caieiras Velhas existem três grupos organizados de mulheres: o Mulheres Guerreiras, que produz artesanato e peças íntimas; o “Mãos que Criam”, que trabalha com costura e pintura indígena em camisetas, calças e bolsas e o Yby Membira, de formação mais recente.

Grupo de Mulheres e produção de artesanato em Irajá e Areal

Nas aldeias Tupiniquim de Irajá e Areal encontram-se alguns grupos de mulheres que se organizam para a produção do artesanato, corte e costura, doces e licores, sabonetes e medicamentos produzidos e envolve diversas pessoas, inclusive homens, que se organizam em grupos ou individualmente.

Esporte Clube Pau Brasil

Forma o time de futebol da aldeia Pau Brasil. Na aldeia também são promovidos, no final do ano, torneios de futebol entre as famílias.

7 EXPECTATIVAS E IMPACTOS IDENTIFICADOS

Para identificar as expectativas e possíveis impactos oriundos das obras da reabilitação da Rodovia ES-010, nas áreas que cortam as aldeias, foram realizadas reuniões com o conselho de caciques e a Funai, como será descrito no capítulo 8.

A grande expectativa das comunidades indígenas localizadas na área diretamente afetada se refere à mobilidade na Rodovia ES-010 e segurança viária. Com as obras de Reabilitação no trecho e o tratamento projetado para as áreas das aldeias, conforme foram solicitados pelos indígenas, será promovida maior segurança, principalmente nos acessos, trazendo maior segurança aos moradores das aldeias que utilizam a ES 010 diariamente para acessar a sede do município de Aracruz, Caieiras e Coqueiral. Além disso, com sinalização turística e informativa, possibilitará aos usuários da rodovia chegar aos pontos existentes para venda de artesanatos produzidos nas aldeias.

Não foram identificados riscos a população local, no que tange aspectos sociais e ou políticos, pois existe respeito as representatividades indígenas locais, que são organizadas, sempre com a presença da Funai. Entretanto, dentre os impactos do meio socioeconômico identificados para o trecho 2 e apresentados no Estudo Ambiental do projeto, destaca-se que o maior impacto para as comunidades indígenas é a possibilidade de interferências no cotidiano das comunidades, como visto abaixo:

- ***Interferências com o cotidiano das comunidades indígenas localizadas no entorno da obra***

Esses transtornos estão relacionados com o aumento de trabalhadores circulando nas áreas limites das aldeias, o que pode gerar atritos tendo em vista costumes e hábitos originados de diferentes culturas. Também ocorre em função de um possível aumento do fluxo de veículos no entorno das aldeias (incluindo veículos pesados), ruídos no Canteiro de Obras e das atividades de limpeza da faixa de domínio, aumento temporário da densidade demográfica local e possibilidade de presença de viroses ou outras doenças exógenas à comunidade.

Em menor escala tem-se as interferências permanentes, entre as principais destacam-se as mudanças inerentes a esse tipo de empreendimento como: mudanças cênicas devido à concepção da rodovia, aumento do fluxo de veículos, pequeno aumento da densidade populacional, fluxo de turistas, modificação do uso do solo, entre outras.

Medidas recomendadas:

- Manter um canal de comunicação contínuo com as comunidades indígenas, através de um Programa de Comunicação Social, prestando todos os esclarecimentos necessários para sua perfeita compreensão à população;
- Planejar os horários de maior ruído para o transporte de pessoal, materiais e equipamentos, evitando-se os horários de pico e noturnos, para não perturbar o sossego das comunidades atingidas;
- Reforço da sinalização das vias utilizadas, principalmente nas proximidades dos acessos as aldeias.
- Desenvolver, através do Programa de Educação Ambiental e Trânsito, ações de educação para o trânsito.
- Elaborar, a partir de um diálogo com as comunidades indígenas, um Código de Conduta e Relacionamento que comporá o Programa de Educação Ambiental voltado para os Trabalhadores.
- Abordar através do Programa de Educação Ambiental os aspectos relativos à prevenção da violência baseada no gênero.
- Localização do canteiro de obras em lugares distantes das comunidades indígenas;
- Orientação para não locação de unidades e alojamentos;
- Transporte do canteiro de obras as frentes de obras diariamente, evitando muita circulação de empregados,
- Priorizar a contratação de mão de obra indígena, quando couber, para as frentes de obra.

8 PLANO DE CONSULTA

Tendo em vista a importância do envolvimento e participação das comunidades indígenas quanto a realização da obra de reabilitação da Rodovia ES-010, o DER-ES articulou junto a representação da FUNAI, através do Sr. Wilson Benedito de Oliveira, da Coordenação Técnica Local da FUNAI- CTL Aracruz para que fosse retomado o contato Associação Indígena Tupiniquim e Guarani – AIGT e fosse viabilizada nova consulta ao Conselho de Caciques e as Aldeias diretamente afetadas pelas obras. Desse modo, foram realizadas duas reuniões, 1 (uma) em 09 de maio de 2019, na AIGT, com a presença da FUNAI e Conselho de Caciques, conforme anexo I.

Durante esse primeiro contato, foram identificadas demandas de manutenção e conserva relativas a outras Rodovias Estaduais que cortam as TI e também da Rodovia ES-010 que necessitariam ser realizadas antes do início das obras de reabilitação. Foi acordado na reunião que a equipe de manutenção rodoviária do DER-ES faria uma vistoria conjunta com os caciques e o representante da FUNAI para identificar os pontos de manutenção. A vistoria foi realizada em 18 de julho de 2019, conforme anexo II. As melhorias solicitadas começarão a ser realizadas em agosto de 2019,

Posteriormente, através da FUNAI foi agendada uma nova Consulta, desta vez para as Aldeias diretamente afetadas, tendo sido realizada em 25 de julho de 2019, na Aldeia Três Palmeiras, com a presença do Sr. Vilson (FUNAI), do cacique Toninho (Boa Esperança), Juan da Silva, representando o cacique Marcelo, de Nova Esperança, cacique Nelson (Três Palmeiras) e cacique Pedro (Piraqueaçu), equipe do DER-ES e demais indígenas presentes, conforme anexo III.

8.1 Solicitações das comunidades indígenas inseridas no Projeto

Desde o início da elaboração do projeto de reabilitação da Rodovia ES-010, em diversas reuniões ao longo de 2013 e 2014, as comunidades indígenas fizeram solicitações que foram incluídas no projeto de engenharia e que serão realizadas durante as obras de reabilitação, inclusas no orçamento previsto para o trecho 2. São elas:

- Implantação de pavimento diferenciado ao longo do trecho entre o final da Ponte do rio Piraquê-Açu e o final da interseção da Polícia Rodoviária Estadual;
- Implantação de faixa multiuso (ciclovias e passeio) na largura de 2,5 metros;
- Melhoria na drenagem ao longo do segmento;
- Suprimir as árvores exóticas existentes no passeio desse segmento, em sua maioria mangueiras (*Mangifera indica*);
- Podar galhos de árvores existentes no acostamento do lado esquerdo da pista, que estão prejudicando o segmento do passeio;
- Implantar barreira de ruídos entre essas estacas com plantio de espécies nativas no lado esquerdo da pista, após a faixa multiuso, em local com capim-colonião (*Panicum maximum*) ou outra espécie indicada pelas comunidades indígenas;
- Implantar ponto de ônibus no lado esquerdo, próximo ao trevo de acesso projetado para as aldeias;
- Implantar acesso à aldeia indígena Três Palmeiras no lado esquerdo;
- Implantar lombada eletrônica;
- Implantar bueiro e passagem de fauna associada à tela de proteção de animais, nos lados esquerdo e direito;

Nas tratativas realizadas entre maio e julho de 2019 também foram realizadas novas solicitações, que serão inseridas na revisão do projeto e que serão realizadas durante as obras de reabilitação, e com isso incluídas no orçamento previsto para o trecho. As solicitações são:

- Terraplanagem e piso para a implantação de quiosque para venda de artesanato nas áreas de entrada das Aldeias;
- Cercamento da TI nas margens da Rodovia ES-010 entre Piraqueaçu até Boa Esperança, com instalação de porteiros de acesso;

- Implantação de postes provisórios para a passagem área de fauna até o crescimento das plantas nativas.
- Mudar o local de acesso à Aldeia de Piraqueçu;
- Instalação de 04 cabanas nos acessos as Aldeias, para a venda de artesanato;
- Instalar pontos de ônibus mais próximos aos acessos das Aldeias, inclusive Boa Esperança e Nova Esperança;
- Promover alternativa segura de acesso a Aldeia Nova Esperança.

Também foram feitas solicitações no que tange a absorção de trabalhadores indígenas durante as obras e também durante a fase de operações, na conservação da Rodovia. Foi explicado que a contratação de mão de obra local, por parte das empreiteiras contratadas é uma diretriz do DER-ES, sem do uma exigência contratual e que a contratação é feita à medida em que frentes de obras são abertas.

Também foi solicitado um apoio para que os indígenas possam obter a Carteira Nacional de Habilitação e para isso o DER-ES fará uma articulação junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, para a inclusão dos indígenas no Programa CNH Social.

Após a leitura de cada uma delas, foi manifestada a concordância por parte dos caciques, bem como o representante da FUNAI, conforme documento anexo.

9 O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Para o trecho 2 será elaborado o PCS, conforme as diretrizes e normatizações estabelecidas pelo DER-ES, através da Norma Interna 002/2018. Em sua elaboração deverá ser considerada as especificidades das comunidades indígenas e as ações propostas deverão ser acordadas com as mesmas e com a FUNAI, de modo a garantir o respeito as tradições e cultura indígena existente na região. Cabe ressaltar que a mobilização das comunidades indígenas deve ser de responsabilidade da FUNAI, que funcionará como elo de ligação entre o DER-ES, a empresa que venha a ser contratada e as Aldeias.

O objetivo geral do PCS é:

- Criar e manter um canal de comunicação e relacionamento contínuo com a(s) comunidade(s) e segmentos direta e indiretamente afetados diretamente pelo empreendimento e com isso possibilitar a participação ativa dos mesmos com vistas a mitigação dos possíveis impactos negativos causados no meio social, bem como a potencialização dos impactos positivos, contribuindo para a diminuição das inseguranças e expectativas por parte da comunidade local.

E dentre outros que possam ser identificados propõe minimamente os seguintes objetivos específicos:

1. Criar e manter espaços de diálogo direto entre a equipe do Programa e as comunidades atingidas;
2. Promover ações de conscientização da população sobre a importância do empreendimento, dos impactos socioambientais decorrentes e dos mecanismos para a preservação do meio ambiente;
3. Divulgar informações sobre os procedimentos a serem desenvolvidos durante a execução da obra, as possíveis alterações na região e consequências ambientais,

4. Divulgar os cuidados ambientais que estão previstos no projeto rodoviário, bem como os procedimentos de segurança a serem observados nos canteiros de obras, trechos em obras e seu entorno;
5. Identificar as inquietações e dúvidas das comunidades, afim de evitar conflitos de interesses, contribuindo para reduzir a resistência das comunidades em relação aos empreendimentos do DER.

Além do Plano de Comunicação Social, outros instrumentos de comunicação, são indicados.

9.1 Instrumentos de Comunicação

- **Boletins informativos, cartazes e outros canais de comunicação contínua**

A fim de manter um canal contínuo de comunicação é importante que outros recursos possam ser usados. Um dos mecanismos a ser utilizado é o boletim informativo semestral. Nele deverão conter informações sobre a evolução da obra, esclarecimento de dúvidas e sugestões que foram apresentadas pelas comunidades, dentre outros assuntos.

Outros mecanismos que podem ser utilizados são o WhatsApp, as listas de e-mails, meios ágeis para divulgação.

Os materiais informativos a respeito do início da obra, dos cuidados necessários devem ser confeccionados e estar prontos para distribuição no máximo dois dias antes do início da obra. Outros materiais de divulgação de desvios, fechamento de trechos, etc. também devem ser distribuídos dois dias antes do início das mudanças.

Em especial, para as comunidades indígenas guarani, deverá ser elaborado um boletim utilizando a língua nativa.

- **Reuniões de Comunicação Social**

A reunião de comunicação social é um dos instrumentos que permitem estreitar a relação com as comunidades afetadas pelo empreendimento. Permite dar voz as mesmas, contribuindo para a mitigação de impactos sociais negativos e potencializar os positivos. Será necessário mobilizar as comunidades afetadas para que se façam presente nas reuniões. Neste sentido, a FUNAI tem papel fundamental para que articule e autorize a entrada dos técnicos responsáveis pela execução do PCS nas aldeias, quando necessário. Deverão ser produzidos cartazes, convites, panfletos, bem como a utilização de outros recursos que permitam a divulgação (rádio comunitária, carros de som, etc.)

As reuniões deverão ser registradas por meio de ata e lista de presença, bem como através de fotos e/ou filmagens.

A promoção de reuniões durante a obra visa esclarecer as comunidades sobre o cronograma de execução das obras, os procedimentos ambientais a serem adotados, dentre outros assuntos.

- **Registro de demandas socioambientais**

O formulário de registro de demandas socioambientais tem como objetivo registrar toda e qualquer demanda oriunda da população afetada pelo empreendimento para que as mesmas possam ser analisadas e apresentadas possíveis soluções, condizentes como o escopo da obra. É um instrumento para registrar reclamações e queixas, bem como identificar as solicitações que possam ocorrer durante a execução da obra.

A população local deverá ser informada da disponibilidade do registro e orientada a preenchê-lo, no canteiro de obras. Também serão disponibilizados pela empresa contratada na sede da AITG. Os interessados que fizeram os registros deverão ser mantidos informados sobre a situação das demandas apresentadas, através de contato telefônico ou por e-mail ou ainda pessoalmente.

Além do registro em formulário específico, poderá ser utilizado como mecanismo facilitador, a criação de um grupo no WhatsApp para propiciar trocas rápidas de mensagens entre a equipe e a população. Entretanto, independente da origem da reclamação, (presencial ou através de WhatsApp) as reclamações serão registradas em ficha especificamente criada para tanto.

Semanalmente as fichas serão analisadas pela empresa contratada, providenciando-se resposta em até dez dias após registro da ficha. A empresa contratada fará a devida triagem e nos casos em que as reclamações e queixas não possam ser respondidas e/ou sanadas pela mesma, os registros deverão ser enviados imediatamente ao DER-ES e Unidade Gerenciadora do Programa - UGP para providência de resposta e/ou solução adequada. Cada instância terá um prazo de dez dias para verificar a situação apresentada, o que incluirá:

- a) Contato com o reclamante;
- b) Avaliação em conjunto com outros técnicos do Programa;
- c) Análise de fichas;
- d) Visitas técnicas, entre outros procedimentos que forem necessários.

10 CRONOGRAMA

Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Elaboração em conjunto com as comunidades indígenas dos aspectos relacionados ao Código de Conduta e Relacionamento	x	x	x			
Identificação dos aspectos específicos a serem norteadores do Plano de Comunicação Social para as comunidades indígenas	x	x	x			
Definição de responsabilidades das atividades a serem executadas no PCS - DER, empresa contratada, FUNAI			x	x		
Elaboração/Atualização do PCS				x	x	x

As atividades previstas no cronograma acima têm a função de adequar o Plano de Comunicação Social voltado para as comunidades indígenas que deverá ser usado durante a realização do empreendimento.

11 CUSTOS

O Plano de Comunicação voltado para as comunidades indígenas será realizado através do Programa de Comunicação Social para o trecho 2 e os custos estimados estão previstos no subcomponente 4.1 (Mitigação Socioambiental).

ATIVIDADE	UNIDADE	PREÇO GLOBAL (U\$)
IMPLANTAÇÃO DE EQUIPE		
Contração de pessoal técnico ou de apoio para a equipe técnica	SERV.	32.000,00
PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PARR		
Autalização do PARR e execução	SERV.	7.576,05
Queixas & Reclamações	SERV.	7.576,05
Elaboração de material bilíngue (Português – Guarani)	SERV.	3.000,00
Sub-total		18.152,10
TOTAL GERAL		50.152,10

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita. Constituições nacionais e povos indígenas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. BRASIL.

Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012. CFESS.

CPT — COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo — Brasil 2015. Goiânia:

CPT Nacional, 2015. FONTES, Virgínia. Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010

ANEXOS

Anexo I - 1ª Reunião realizada na AITG em 08/05/2019, Registros de reunião realizada com representante da Funai em Aracruz, com o Conselho de Caciques e DER/ES.

Objetivo: Apresentação do Projeto de Reabilitação Trecho 2: Santa Cruz (Ponte Piraqueaçu) - Barra do Sahy-Aracruz/ES.

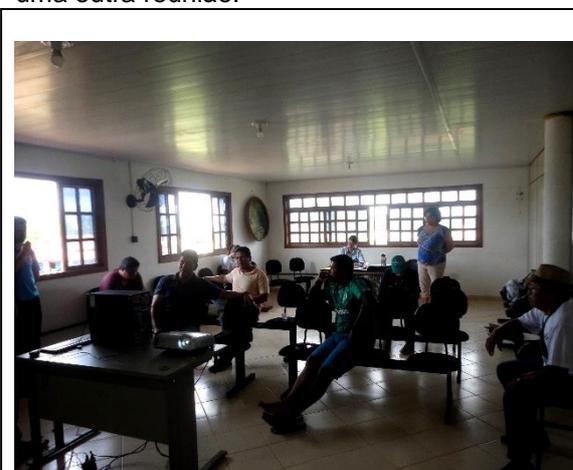
Registro Fotográfico:



Vilson representante Funai, justificou a ausência de alguns Caciques em função de uma outra reunião.



Os engenheiros do DER explicaram o Projeto e tiraram várias dúvidas dos participantes.



Durante a reunião vários questionamentos foram feitos sobre os prazos da obra.



Vilson Benedito de Oliveira, chefe da Coordenação Técnica Local - CTL Aracruz.

Registro da Ata da Reunião realizada dia 09 de maio de 2019 - na AITG Associação Indígena Tupiniquim e Guarani - Caeiras Velha -Aracruz/ES.



REUNIÃO CONSELHO DOS CACIQUES - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUIM E GUARANI E REPRESENTANTE FUNAI - ARACRUZ/ES.

APRESENTAÇÃO REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES-010 - SANTA CRUZ - (PONTE DO PIRAQUÊAÇU) A BARRA DO SAHY - ARACRUZ/ES.

LOCAL: AITG - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUIM E GUARANI.

DATA: DIA 09 DE MAIO - 2019

END.: ES 456 - 98, CAEIRAS VELHA, ARACRUZ/ES - (RODOVIA PRIMO BITTI).

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezenove, reuniu-se as 10:00 hs, na Associação Indígena Tupiniquim e Guarani - AITG, a equipe técnica do Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo – DER/ES, as lideranças indígenas, o representante da Funai e a consultoria do DER/ES. A reunião foi aberta pela consultora Tereza Pinto, que informou que o objetivo da mesma era a apresentação do projeto de Reabilitação da Rodovia ES-010 - Trecho Santa Cruz - (Ponte do Piraquêaçu) a Barra do Sahy - Aracruz/ES, especificamente a parte que corta as comunidades indígenas de Piraquêaçu, Três Palmeiras e Boa Esperança (Aldeias Guarani).

A seguir foi feita a apresentação dos presentes e o Sr. Vilson Benedito de Oliveira, chefe da Coordenação Técnica Local - CTL Aracruz, justificou a ausência do Sr. José Luiz de Piraquêaçu, presidente da AITG. O Sr. Vilson disse também, que seria oportuno que na reunião fossem levantadas outras reivindicações relativas a outros trechos de estradas estaduais que cortam as comunidades indígenas e que apresentam problemas, afim de melhor a segurança da população local.

O Sr. Jeferson Garcia Lima, Gerente de Sustentabilidade do DER/ES esclareceu que as obras referentes ao projeto de reabilitação não foram iniciadas anteriormente em virtude do Governo do Estado não possuir, na ocasião, recursos financeiros para realiza-las. Atualmente o DER/ES está em processo de obtenção de financiamento através do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e que para tanto seria necessário apresentar aos envolvidos a situação atual do projeto, salientando que o mesmo sofrerá revisão e que, portanto, novas demandas a serem analisadas poderão surgir. Também informou que quaisquer reivindicações relativas as melhorias imediatas na ES-010 e de outros trechos que não fazem parte do projeto de reabilitação precisam ser direcionadas ao Setor de Manutenção do DER/ES uma vez que essas demandas são de responsabilidade de outra

área. Dessa forma sugeriu que fossem separadas as demandas de manutenção daquela sugestões a serem analisadas no projeto de reabilitação. Nesse momento a Sra. Tereza se disponibilizou a pegar os ofícios, encaminhar, protocolar no DER/ES e trazer de volta cópia protocolada para a AITG.

O Cacique de Nova Esperança, Marcelo Oliveira da Silva, representante Guarani, pediu desculpas por ter que se ausentar da reunião em andamento, pois teria que participar de uma outra reunião naquele mesmo horário. Em seguida o Sr. Fernando Ramos Pimentel Engenheiro de Projetos DER/ES começou a apresentação. Esclareceu que a maioria das solicitações feitas em 2013 pelas lideranças indígenas, quando da elaboração inicial do projeto de Reabilitação da Rodovia ES-010 - Santa Cruz - (Ponte do Piraquêaçu) a Barro do Sahy - Aracruz/ES, foram incorporadas. As solicitações foram:

- Implantação de pavimento diferenciado ao longo do trecho entre o final da Ponte do rio Piraquê-Açu e o final da interseção da Polícia Rodoviária Estadual;
- As faixas de rolamento ao longo do trecho entre o final da Ponte do rio Piraquê-Açu e o final da interseção da Rodoviária serão de três metros em ambos os lados, com faixa de segurança do lado direito de 1,5 metros, exceção feita ao acesso à Aldeia Indígena de Três Palmeiras que será de 2,5 metros, servindo de área de acomodação para conversões à esquerda. No lado esquerdo deverá ser implantada faixa multiuso (ciclovias e passeio) na largura de 2,5 metros;
- Melhoria na drenagem ao longo do segmento;
- Suprimir as árvores exóticas existentes no passeio desse segmento, em sua maioria mangueiras (*Mangifera indica*);
- Podar galhos de árvores existentes no acostamento do lado esquerdo da pista, que estão prejudicando o segmento do passeio;
- Implantar barreira de ruídos entre essas estacas com plantio de espécies nativas no lado esquerdo da pista, após a faixa multiuso, em local com capim-colonião (*Panicum maximum*);
- Implantar ponto de ônibus no lado esquerdo, próximo ao trevo de acesso projetado para as aldeias;
- Implantar acesso à aldeia indígena Três Palmeiras no lado esquerdo;
- Implantar lombada eletrônica;
- Implantar bueiro e passagem de fauna associada à tela de proteção de animais, nos lados esquerdo e direito;

O Sr. Fernando DER, lembrou que na ocasião a solicitação de barreira eletrônica entendida como desnecessária, uma vez que houve a compreensão de que a maior necessidade de redução de velocidade seria alcançada de modo mais eficaz com utilização do pavimento diferenciado do final da Ponte do Piraquêaçu até o Posto da Polícia Rodoviária Estadual - PRE, utilizando pavimento de concreto intertravado. Além disso, proposto a implantação da lombro-faixa que obriga que o veículo tenha sua velocidade reduzida para que possa passar pela mesma. Tal sugestão apresentada à época aprovada pelos representantes das aldeias.

O Sr. Fernando DER apresentou também o acostamento de 2 metros que será implantado com uma canaleta no meio e uma faixa multiuso de 2.50 metros neste trecho de acostamento, só do lado das aldeias. Mas lembra de que será necessário alargar um pouco para a área das Aldeias. Este novo acostamento será de pavimento intertravado. Nesse momento o Sr. Vilson, representante da FUNAI, questionou se na entrada da Aldeia Trilhos Palmeiras vai continuar com alagamento, pois foi dito pelos moradores que o motivo do alagamento seria a pista da ES 010 ser mais alta. O Sr. Jeferson disse que será feita a condução da água para o lado do manguezal, no lado contrário ao da Aldeia afirmando que "foi pensada e planejada sim, essa drenagem para esta região".

Continuando a apresentação, o Sr. Fernando DER informou que será implantada uma barreira de ruídos, com a plantação de árvores nativas, como foi solicitado. Ressaltou que o projeto vai ser revisto e poderá ser identificado, se a espécie indicada para a barreira de ruídos é a de concordância da comunidade.

Em relação aos pontos de ônibus o Sr. Fernando DER, informou que os mesmos serão sempre construídos com uma baía de acesso em recuo para acomodar o coletivo de forma segura, sem interromper o fluxo da rodovia.

Quanto a passagem de fauna solicitado à época foi proposto dois modelos, próprios para cada tipo de animal, um triangular e outro circular. Ressaltou que na área onde forem instaladas as passagens de fauna existirão telas de proteção e condução das espécies para essas passagens.

O Sr. Jeferson DER, ressaltou que "a sinalização estará sendo reforçada na área da Terra Indígena - TI em Comboios". Neste momento o Sr. Vilson FUNAI, registrou a importância

da diferença entre TI e Aldeia Indígena. Ressaltou que essa diferença é importante para indígenas e não indígenas que trafegam na região uma vez que Terras Indígenas, segundo a legislação brasileira, são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas Brasil, habitadas em caráter permanente. Essa observação foi feita para que não fabrique placas de sinalização erradas. Lembrou que é importante que se consulte a FUNAI para não incorrer em erros. Também, foi lembrado pelos presentes sobre a necessidade sinalizar a Aldeia Nova Esperança, que surgiu entre Sauê e Mar Azul.

A Sr^a Joseane, da aldeia indígena de Pau Brasil lembrou da necessidade de se implantar de imediato instrumentos de segurança na rodovia para o Trecho da TI Comboios. A realidade do tráfego de veículos leves e pesados na região cresceu muito desde 2011, época da primeira apresentação deste projeto. Foi solicitado pelo DER o envio de ofício específico para se registrar esse assunto acima levantado. Também, foi levantada a necessidade de se realizar uma reunião específica para Comboios para se discutir melhorias, manutenção e instrumentos de segurança. Neste momento, o Sr. Fernando DER, explicou que alguns itens de manutenção imediata das rodovias, tais como sinalização, redutor de velocidade, entre outras ações, poderá ser visto mais rapidamente pela área de manutenção rodoviária, após oficializada a demanda.

Em seguida o Sr. Fernando DER, resgatou o processo que culminou com a inserção das sugestões das comunidades indígenas, tendo sido feito o levantamento das propostas e melhorias com as comunidades no ano de 2013. O projeto foi encaminhado para a FUNAI em 2013 e desde então o DER/ES aguarda a resposta e aprovação da FUNAI e a partir de 2019 o projeto entra em revisão. Neste momento o Sr. Jeferson DER, ressaltou que para dar andamento ao processo de licenciamento da Reabilitação da rodovia é necessária a anuência da FUNAI.

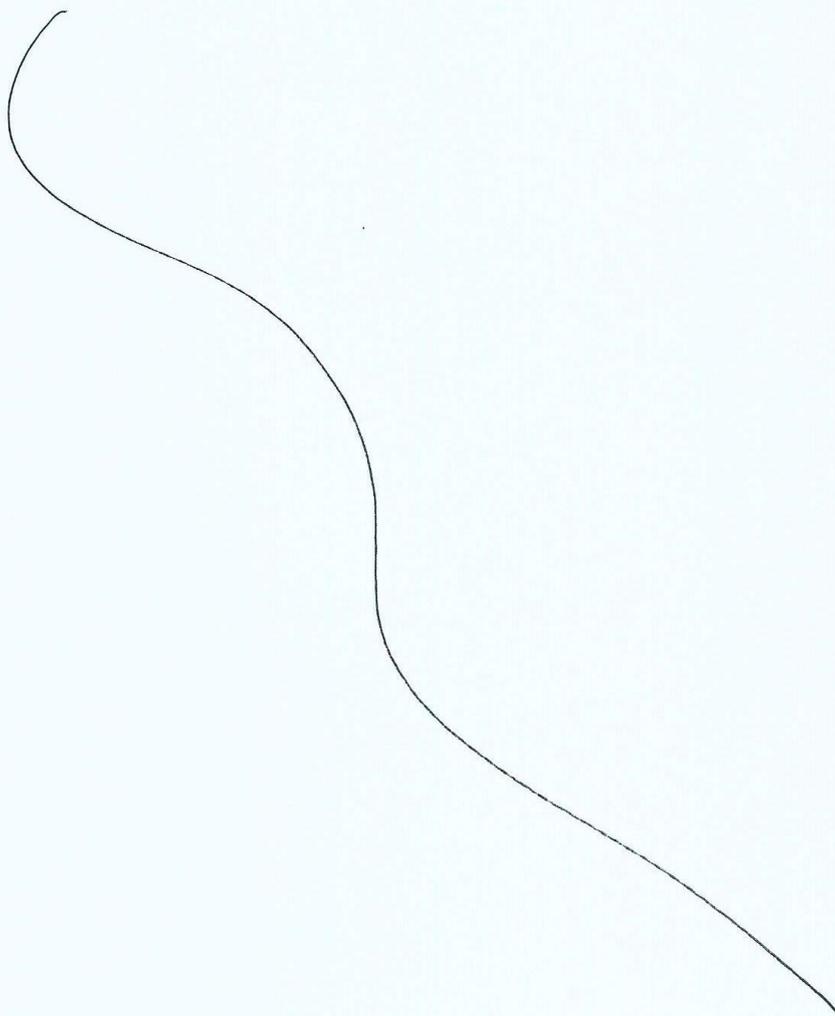
Também foi informado que a iluminação será implantada no Trecho citado para a Reabilitação desde a Ponte do Piraquêaçu até o Posto do PRE.

O Sr. Vilson FUNAI, sugeriu que seria melhor se a equipe técnica do DER da área de manutenção fosse a campo juntamente com as lideranças indígenas para identificar as necessidades de manutenções imediatas no Trecho, o que foi aprovado por todos. A equipe técnica do DER/ES reforçou que as demandas relativas à manutenção da ES-011, 257 e 456 devem ser identificadas e solicitar através de ofício dirigidos a área operacional.

Sr. Jeferson DER, disse que independente da chegada do ofício irá comunicar ao Diretor de Operações e a Superintendência Regional 1 da necessidade de se realizar a vistoria em conjunto. A Sr^a. Bernadete Baltazar, do DER/ES solicitou o e-mail do Sr. Vilson FUN... para enviar as informações para onde deverão ser dirigidos os ofícios.

A reunião foi encerrada às 11:40 h e os representantes do DER/ES agradeceram o espaço disponibilizado e a presença de todos.

Esta Ata foi elaborada por Luciana Vargas Veskesky, prestando consultoria para o DER/ES e encerra aqui as anotações e esclarece que, este documento será enviado para a FUN... e DER, os quais ainda poderão fazer revisões e considerações ao final do texto acima.



Registro da Lista de Presença da Reunião realizada dia 09 de maio de 2019 - na AITG Associação Indígena Tupiniquim e Guarani.



DER-ES
Departamento de Estradas de Rodagem
do Estado do Espírito Santo.

LOCAL: AITG - Associação Indígena
Tupiniquim e Guarani
Dia 09 - Maio - 2019 - 09:00 h
End.: ES-456, 98, Caeiras Velha,
Aracruz/ ES (Rodovia Primo Bitti).

REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES 010 - SANTA CRUZ - (PONTE PIRAQUEAÇU) A BARRA DO SAHY - ARACRUZ/ES.
REUNIÃO CONSELHO DOS CACIQUES - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUIM E GUARANI E REPRESENTANTES FUNAI - ARACRUZ/ES.

Nº	NOME PARTICIPANTE	TELEFONE/CONTATO	ALDEIA/COMUNIDADE
1	Marcelo S. Rocha	997506321	Joga
2	Levisimo Menezes dos Santos	27 998639979	Brasão
3	Válter Almeida	27 995891807	Aracruz
4	Felipe do Brasil	27 996212126	e Altiva e Anai
5	Alex Sandro dos Santos	27 995772715	Outros Vilares
6	Fernando Bassano	27-99918-4007	Aldeia Aracruz
7	Vilson Benedito de Oliveira	(27) 997859431	FUNAI/CTU/ARACRUZ
8	Marcos Oliveira da Silva	(77) 999514284	NOVA ESPERANÇA GUARANI
9	Georly P. Ramos	99691-5489	A/AMARELO.
10	Vera da Silva Nimerli	99691-5499	A/AMARELO.

1



DER-ES

Departamento de Estradas de Rodagem
do Estado do Espírito Santo.

LOCAL: AITG - Associação Indígena
Tupiniquin e Guarani
Dia 09 - Maio - 2019 - 09:00 h
End.: ES-456, 98, Caeiras Velha,
Aracruz/ ES (Rodovia Primo Bitti).

REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES 010 - SANTA CRUZ - (PONTE PIRAQUEAÇU) A BARRA DO SAHY - ARACRUZIES.

REUNIÃO CONSELHO DOS CACIQUES - ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TUPINIQUIN E GUARANI E REPRESENTANTES FUNAI - ARACRUZIES.

11	Valdire de Almeida Silva	999682539	Aldeia Pau Brasil
12	Suziane Francisco Felício	997851430	Aldeia Pau Brasil
13	Valdineide da Almeida Silva	999679593	Aldeia Pau Brasil
14	Glinda Carlos Silveira	996123450	Aldeia Caeiras Velhas
15	Roberto Honorário de Oliveira	99789-5400	Cacique Velha
16	Felício da Silva da Costa	998075408	Cacique C. Velhas
17	OTONIA SIBISTAS	999980732	Lipmanca e.V.
18	Bernadeke Badtzen	099418045	DER
19	FERNANDO RAMOS PIMENTEL	3636-4454	DER
20	JENSEN GARIN CIMA	3636-4446	DER
21	Luiza Alves Pimenta	999822914	consult. Der.

**Anexo II – Vistoria conjunta Caciques, Representação da FUNAI e equipe de
manutenção rodoviária do DER/**

**VISTORIA CONJUNTA REPRESENTANTE FUNAI/CACIQUES E LIDERANÇAS
ALDEIAS ARACRUZ E GERÊNCIA DE CONSERVA DER**

OBJETIVO: LEVANTAR EM CAMPO PONTOS PARA MANUTENÇÃO NAS VIAS ESTADUAIS QUE MARGEIAM AS TERRAS INDÍGENAS DE ARACRUZ.

DATA: 18 DE JULHO DE 2019.

Essa demanda surgiu nas reuniões com a comunidade indígena, quando da apresentação do projeto de reabilitação da ES-010 – Trecho Ponte do Piraqueaçu até Barra do Sahy.

O encontro foi marcado na AITG - Associação Indígena Tupiniquim Guarani em caieiras perto do escritório da Funai. A vistoria conjunta começou pela Aldeia Piraqueaçu (Aldeia Guarani) onde encontrava-se Sr. Pedro da Silva cacique da Piraqueaçu e o Sr. Nelson Carvalho cacique da Aldeia Três Palmeiras (Aldeia Guarani).

Sr. Vilson Benedito de Oliveira, chefe da Coordenação Técnica Local da Funai - CTL Aracruz, apresenta para os caciques presentes neste momento, a explicação do porquê da Vistoria. Lembra que durante a reunião realizada no dia 09 de maio 2019, tinha sido levantado pelos presentes que seria oportuno que se fizessem manutenções nas estradas estaduais que cortam as comunidades indígenas com problemas, afim de melhor a segurança da população local. Lembra também, que os caciques Guarani não puderam estar presentes naquela reunião em função de atividades agendada anteriormente.

Pontos levantados para a Aldeia Piraqueaçu e Aldeia Três Palmeiras:

- Portões, porteiros nas entradas das Aldeias para segurança da comunidade. Seria fechada a noite.
- Faixa de pedestre no ponto de ônibus na altura de Três Palmeiras. Os alunos da aldeia estudam de noite, cursam o ensino médio em Coqueiral. Velocidade alta na região e sem iluminação, tem causado preocupação na comunidade.

Solicitado:

- Placas de sinalização reforçando menor velocidade;

- Travessia de pessoas;
- Travessia de animais.
- Retirada de árvores exóticas da beira da pista;
- Sinalização do acesso às Aldeias;
- Faixa de pedestre no ponto de ônibus e

Pintar na pista (sinalização horizontal) DEVAGAR.

Quanto a drenagem, foi mostrado pelos Caciques que no acesso para Piraqueaçu desce muita água (da aldeia ficando represado pela pista) chegando a alagar. Sendo esta a pior área. Porém, acontece o mesmo no acesso de Três Palmeiras.

Os Pontos de Conserva para o Trecho da ES-010 foram avaliados pelos caciques da Aldeia Piraqueaçu e Aldeia Três Palmeiras em função do Cacique Toninho - Antônio Carvalho de Boa Esperança, estar viajando numa Missão no Caparaó (informado por Vilson Funai. Na entrada de Três Palmeiras foi mostrado que não existe manilhas para a água ir de um lado para o outro.

As duas casas com acesso direto para a pista e que vendem carvão pertencem a Aldeia Boa Esperança. Uma casa é do Cacique a outra e da irmã dele. Acessos perto de curva e sem sinalização.

Solicitaram colocar a placa – Proibida a Ultrapassagem.

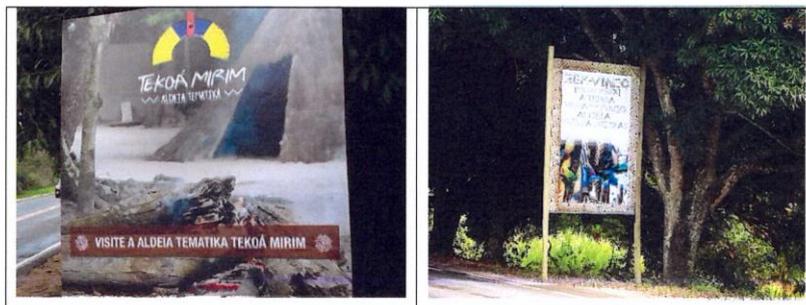
Foi solicitado também, 2 Placas delimitando a Terra Indígena.

Para a entrada de Nova Esperança (que desmembrou de Boa Esperança), aldeia Guarani que fica entre Sauê e Mar Azul, para a entrada foi solicitado melhorar o acesso. A proposta do representante DER, Sr. Jorge da Conserva, foi fazer uma via paralela a ES-010 de aproximadamente 20 metros no sentido Vitória. A aldeia fica 700 metros a partir da entrada. Prever na revisão do Projeto do DER para o Trecho.



Placa da Aldeia Piraqueçu na ES-010.

Entrada da Aldeia Piraqueçu, encontra-se na primeira entrada à esquerda logo após a ponte do Rio Piraqueçu.



Placa de sinalização da Aldeia Temática na Piraqueçu, ainda na ES-010.

Entrada da Aldeia Três Palmeiras.



Representante Funai, representantes do DER e Caciques conversando e mostrando os pontos que precisam de melhorias.

Ponto de ônibus na entrada da Aldeia Boa Esperança.



Placa de sinalização da entrada da Aldeia Nova Esperança. Entre Sauê e Mar Azul na Es-010.

Acesso para a Aldeia Nova Esperança, entrando 700 metros.

Até aqui as anotações, registros e considerações foram todas para as Aldeias Guarani de Aracruz.

Desta parte em diante, as anotações serão das Aldeias Tupiniquim Guarani de Aracruz.

Nesta etapa, em Caeiras, a Vistoria passa para a ES 456 – conhecida como Primo Bitti. O Cacique de Caeira é o Sr. Fabiano porém, quem acompanhou a Vistoria foi Sturi (Vicente Sturi) - liderança indicada.

✓ Solicitado:

- Sinalização nas curvas;
- Quebra-molas (onde o ônibus escolar deixa as crianças) e
- Faixa de pedestres perto do CRAS e na entrada para a Creche e sinalização horizontal - DEVAGAR ESCOLA.

Foi comentado pelo representante da Funai, Sr. Vilson, que dois Pórticos para delimitar a Terra Indígena em Caeiras, estão sendo negociados com a Prefeitura e a empresa Suzano. Um na entrada em Coqueiral e o outro no final do Trecho em Irajá.

E que o projeto seria apresentado para o DER para as devidas observações construtivas. Os dois serão fixados na Primo Bitti, ES 456.

Agora ainda na Aldeia Caeira, com acesso na Primo Bitti, é mostrado para os técnicos do DER, dois pontos de drenagem entupidos. Perto da Placa "Bem-Vindos a Caeira". E perto de um quebra-molas ainda na TI Caieiras.



CMEII Caeira com entrada pela Primo Bitti.

Um dos pontos de drenagem entupidos, assoreado.

De aqui em diante continua a Vistoria com a liderança Daniel Dutra, da Aldeia Irajá.

✓ Dando continuidade a Vistoria foi Solicitado:

- Sinalizar Pórtico da Aldeia (existente) e
- Revitalização da sinalização.

Foi observado as necessidades na área da Aldeia de Areal. Sem Placa de sinalização da Aldeia. Agora a Vistoria vai para a Aldeia Pau-Brasil. Do acesso até chegar na Aldeia são 2 km. O Acesso se dá por uma Rodovia Estadual a ES 124. Foi informado pelo técnico do DER que esta rodovia já tem obra licitada e que já tem até ordem de serviço para as obras de melhorias. E que inclusive na entrada da Aldeia será feita uma rotatória. Representante da Aldeia Pau Brasil Sr. Wandeir.

A Vistoria termina e uma reunião de fechamento ficou marcada para o dia 25 de julho de 2019, na Aldeia Três Palmeiras.

**Anexo III – 2º Reunião realizada com os Caciques Guaranis, Representação da FUNAI
e DER/ES**

REUNIÃO ALDEIAS GUARANI - ARACRUZ/ES
APRESENTAÇÃO REVITALIZAÇÃO ES-010

Data: 25 de julho de 2019 - **Horário:** 10:00 horas - **Local:** Aldeia Três Palmeiras

A reunião foi aberta pela Servidora do DER/ES, Bernadete Baltazar e a Consultora do DER/ES, Tereza Pinto. Estavam presentes os caciques Toninho, Pedro e Nelson, das aldeias Guaranis de Boa Esperança, Piraqueaçu e Três Palmeiras respectivamente. O cacique Marcelo, da Aldeia Nova Boa Esperança não pode participar mas enviou o representante, Ruan. Foi feito um resgate do histórico do projeto de reabilitação da Rodovia ES-010 desde 2013, explicando que o projeto de reabilitação da Rodovia ES-010, que teve início em 2013, não foi adiante em virtude de falta de recursos. O projeto está sendo retomado uma vez que o DER/ES está obtendo financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Em seguida foi lida a ata produzida pela vistoria conjunta entre Gerência de Manutenção do DER-ES, FUNAI, Caciques e lideranças, destacando todos os pontos identificados para melhorias. Como na vistoria não houve a presença do Cacique ou liderança da Aldeia Boa Esperança, uma vez que o Cacique Toninho estava viajando, foi perguntado se havia alguma outra situação por eles identificadas, não indicando nenhuma solicitação. O Sr. Vilson, representante da FUNAI, comentou com o Cacique Toninho, de Boa Esperança, que foi identificada durante a vistoria a necessidade de se instalar porteiros.

O cacique Nelson apenas solicitou que se fizesse a correção de que a Aldeia Nova Esperança foi desmembrada da Aldeia Três Palmeiras e não de Boa Esperança, como tinha sido relatado anteriormente. O Cacique Nelson informou que atualmente residem em Três Palmeiras cerca de 20 famílias e em Nova Esperança tem umas 30 famílias. Saíram de Três Palmeiras porque já estavam sem área de agricultura para tantas famílias. Em Nova Esperança era só eucalipto, mas a mata já está florescendo e novas áreas foram reservadas para a agricultura.

Aprovada a ata da vistoria, a Servidora do DER/ES, Bernadete, explicou que o objetivo da reunião era apresentar o projeto, as solicitações que foram feitas em 2013 e que foram incorporadas ao projeto. Salientou também que a realização dessas reuniões, além de uma exigência do BID, é também uma prática do DER/ES, e que esse será um dos muitos momentos de participação ao longo do empreendimento. Que o Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental terá um foco para os trabalhadores da empresa que for contratada afim de estabelecer um código de conduta e relacionamento com as comunidades indígenas.

O Cacique Nelson, da Aldeia Três Palmeiras, colocou que "a linguagem política" da época da elaboração do projeto que implantou a Rodovia ES-010 não é a mesma de agora. Antes foi feita sem estudo, sem conversas com as comunidades. As Aldeias, as comunidades agora entendem melhor os impactos. Lembra que a Prefeitura de Aracruz prometeu casas para as comunidades, e não cumpriu e que os caciques são cobrados pelos moradores das aldeias. Por isso, é necessário que se converse bem, e que se cumpra realmente o que se promete aqui.

O Cacique Pedro, da Aldeia Piraqueaçu lembrou que os moradores das aldeias quase não usam a pista da ES-010 e demais rodovias locais. Que quem mais usa as estradas, são as empresas, com trânsito pesado de caminhões. Colocou que este fluxo constante de carros traz assaltos

também, barulho; "isto tudo por causa do asfalto. Antes com a estrada de chão era bem mais calmo. Mais empresas estão chegando e o trânsito só vai piorar".

Em seguida o Sr. Fernando Ramos Pimentel, engenheiro do DER/ES começou a explicar que todos as solicitações que haviam sido feitas em 2013 foram analisadas e que tudo o que foi incluído visa melhorar o trânsito e a segurança na região. Explicou com detalhes a implantação da faixa multiuso, uso. A faixa multiuso terá capa asfáltica e Fernando também explica que será necessário se avançar um pouco para o lado das Aldeias. A faixa multiuso terá capa asfáltica e será implantada no sentido contrário ao das praias.

O Cacique Pedro, da Aldeia Piraqueaçu informou que na sua Aldeia entram muitos ônibus grandes, com turistas, para fazer visitação na Aldeia Temática. Talvez fosse melhor deslocar um pouco o acesso, afastando um pouco mais da curva. "Será mais seguro".

Vilson, Funai lembra da retirada das árvores, espécies exóticas que serão retiradas e no lugar se plantar árvores nativas e de preferência as espécies que possuem sementes usadas para o artesanato local. As espécies serão plantadas lateralmente a faixa multiuso.

Fernando, DER, informa que os pontos de ônibus serão de alvenaria e de madeira tratada. Nos pontos de ônibus existirão baias para embarque e desembarque de passageiros. Não sendo necessário se parar o trânsito quando os ônibus pararem nos pontos.

Vilson, Funai, solicita em nome das comunidades, se for possível, se abrir novos pontos de comercialização de artesanato indígena.

Tanto o Sr. Fernando, com o Sr. Jeferson Garcia Lima, gerente de Sustentabilidade do DER/ES, respondem positivamente quanto as solicitações feitas. Isto com as devidas autorizações para se construir as cabanas em áreas fora da Faixa de Domínio do DER.

Neste momento o representante de Boa Esperança, Cacique Toninho, solicita lombo faixa e ponto de ônibus para a entrada da Aldeia dele.

O Sr. Fernando, em seguida, explicou que terão passagens de fauna tanto terrestres como aéreas. Para as passagens de fauna aéreas, até as novas árvores crescerem, será necessário se implantar postes provisórios de apoio para as estruturas de passagem de fauna.

Foi perguntado se seria possível fazer o cercamento da área do Piraqueaçu até a Aldeia Boa Esperança. Fernando responde que vai estudar o tipo de cerca, mas diz ser possível sim, instalar a cerca margeando a ES-010.

Aqui os três caciques presentes, lembram que existe um grande intercâmbio entre as Aldeias. Todos acabam sendo parentes. Que muitas famílias não estão indo ver as outras famílias, os parentes, porque a polícia militar está multando. Muitos moradores não possuem carteira de motorista, "é muito caro". Mas a polícia militar está dentro da TI Tupiniquim Guarani e mesmo assim não quer entender a cultura do povo local. Ninguém que dirigir sem carteira, descumprir as leis, mas tirar carteira é caro para os "irmãos". O DER poderia ajudar os moradores das aldeias? Como continuar fazendo o intercâmbio com os parentes? "Transitar livremente no nosso território". Todos usam o nosso território, mas não querem reconhecer as diferenças e necessidades existentes.

O Sr. Jeferson diz ser possível sim, fazer uma parceria, procurar o DETRAN/ES e solicitar que se faça a CNH Social para o povo Tupiniquim Guarani de Aracruz. É uma iniciativa, um Programa

de Governo, que possibilita que as pessoas de baixa renda obtenham a primeira habilitação nas categorias A (moto) ou B (carro) gratuitamente.

Agora é perguntado sobre as vagas para se trabalhar nas obras. Se vai ter uma cota para os indígenas da região. Os moradores locais. É respondido positivamente pelo DER e lembra que as lideranças têm autonomia para fazer essas solicitações. A seguir foi solicitado que se contratasse indígenas da região permanentemente para a conserva na região das aldeias. Jeferson explica que efetivamente só através de concurso público. E que o trabalho de Conserva é licitado, terceirizado. Sendo um trabalho caracteristicamente temporário, mas que a mão de obra local também pode ser absorvida.

Ao término da reunião retoma-se ao tema das cabanas para a venda de artesanato. Quatro cabanas, Piraqueaçu, três Palmeiras, Boa Esperança e Nova Esperança. As três Aldeias Guarani. Mas lembraram que a entrada da Aldeia Nova Esperança não é terra do Povo Guarani. É plantação de eucalipto, atualmente pertencendo a empresa Suzano. As casas da Aldeia estão mesmo bem mais para dentro. Fernando diz que se verá a possibilidade de construção da cabana em terras da empresa Suzano. Após conversar com a mesma.

Por fim, foi lido o documento com todas as solicitações das Aldeias, já inseridas no projeto, bem como listadas as novas feitas durante a reunião, sendo aprovado por todos os presentes e assinado o termo de concordância, pelos indígenas, DER/ES e representante da FUNAI.

Registro Fotográfico:

Foto 1: Sr. Fernando apresentando o projeto



Foto 2: Durante a apresentação do projeto



Foto 3: Durante a apresentação do projeto



Foto 4: Durante a apresentação do projeto



Foto 5: Vista da Aldeia Três Palmeiras





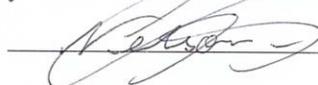
**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS PROPOSTAS
INCLÚIDAS NO PROJETO DE REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES-010,
TRECHO PONTE DO PIRAQUEAÇU X BARRA DO SAHY (ARACRUZ)**

LOCAL: Aldeia Caieiras Velha.
DATA: 25/07/2019

Nós, caciques abaixo assinados, juntamente com chefe da Coordenação Técnica Local – CTL Aracruz, da FUNAI, Vilson Benedito de Oliveira, declaramos que concordamos com as propostas apresentadas no projeto de engenharia relativo as obras de Restauração da Rodovia ES-010, no trecho entre a Ponte do Piraqueaçu e a Barra do Sahy, abaixo listadas:

- Implantação de pavimento diferenciado ao longo do trecho entre o final da Ponte do rio Piraquê-Açu e o final da interseção da Polícia Rodoviária Estadual;
- As faixas de rolamento ao longo do trecho entre o final da Ponte do rio Piraquê-Açu e o final da interseção da Rodoviária serão de três metros em ambos os lados, com faixa de segurança do lado direito de 1,5 metros, exceção feita ao acesso à Aldeia Indígena de Três Palmeiras que será de 2,5 metros, servindo de área de acomodação para conversões à esquerda. No lado esquerdo, deverá ser implantada faixa multiuso (ciclovía e passeio) na largura de 2,5 metros;
- Melhoria na drenagem ao longo do segmento;
- Suprimir as árvores exóticas existentes no passeio desse segmento, em sua maioria mangueiras (*Mangifera indica*);
- Podar galhos de árvores existentes no acostamento do lado esquerdo da pista, que estão prejudicando o segmento do passeio;
- Implantar barreira de ruídos entre essas estacas com plantio de espécies nativas no lado esquerdo da pista, após a faixa multiuso, em local com capim-colonião (*Panicum maximum*);
- Implantar ponto de ônibus no lado esquerdo, próximo ao trevo de acesso projetado para as aldeias;
- Implantar acesso à aldeia indígena Três Palmeiras no lado esquerdo;
- Implantar lombada eletrônica;
- Implantar bueiro e passagem de fauna associada à tela de proteção de animais, nos lados **esquerdo e direito**;



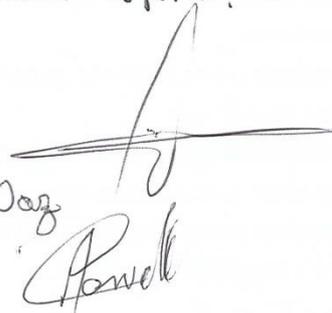
  ¹

Ruan da Silva Jaz

- Ponto de ônibus e Piso diferenciado em Boa Esperança
- Ponto para implantação de quiosque para venda de artesanato, fazendo o piso de bloco de concreto ou outro que venha a ser indicado pelas comunidades indígenas;
- Cercamento da área do Piraqueçu a lá Boa Esperança;
- Postos Provisórios para passagem aérea de fauna até o crescimento das árvores nativas a serem plantadas crescerem;
- Mudança do acesso do Piraqueçu
- Priorizar contratações dos moradores das comunidades indígenas, inclusive nos contratos de conserva
- Programa de incentivo a CNH Social
- 03 cabanas para venda de artesanato no acesso das Aldeias Piraqueçu, três Palmeiras e Boa Esperança.
- 01 cabana para venda de artesanato no acesso a Aldeia Nova Esperança
- Segurança no acesso a Nova Esperança e ponto de ônibus



Ruan da Silva Jaz



DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS PROPOSTAS INCLuíDAS NO PROJETO DE REABILITAÇÃO DA RODOVIA ES-010, TRECHO PONTE DO PIRAQUEAÇU X BARRA DO SAHY (ARACRUZ)

LOCAL: Aldeia Caieiras Velha.

DATA: 25/07/2019



DER-ES

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo.

NOME	ASSINATURA	ALDEIA
JEFFERSON GARCIA LIMA		DER-ES
FERNANDO RAMOS PIMENTEL		DER-ES
Nelson Carlos Santos		Três Palmeiras
Ruon da Silva Uag	Ruon da Silva Uag	NOVA Esperança
Zulmar S. Brizuela		Três Palmeiras
Expedito da Silva		Poz Esperança
Antonio Cordeiro		TRÊS PALMEIRA
Heceno José dos Santos		NOVA Esperança
Diego da Silva Almeida		Três Palmeiras
Cláudio Marques Benedito Santos		FUNAR/CIL/AMICINHA
Wilson Benedito de Oliveira		Três Palmeiras
Rosângela Marques de Oliveira		Três Palmeiras
Bernardo Bulcão		DER-ES